



ORIENTE MÉDIO

Irã em transição

Depois de sepultar o aiatolá Ali Khamenei, líder supremo morto no primeiro dia da guerra, o regime islâmico se recompõe sob novo comando e a incógnita quanto ao peso efetivo e à orientação a ser imprimida pelo filho e sucessor

» SILVIO QUEIROZ

Cumpridos os rituais fúnebres para o aiatolá Ali Khamenei, o líder supremo morto no primeiro dia de bombardeios americanos e israelenses, e em meio a uma sequência de ataques recíprocos que colocam em risco o cessar-fogo assinado em junho, o regime islâmico do Irã avança na transição de comando. Aliados e adversários, observadores do cenário e — naturalmente — as forças políticas internas e os cidadãos examinam cada palavra e cada ato do novo guia, Mojtaba Khamenei, filho do antecessor, em busca de sinais que indiquem o que esperar nesse novo capítulo da história da República, que se aproxima de completar meio século.

As expectativas se justificam pela ampla mudança forçada com a morte de um número expressivo de lideranças nos quatro meses de guerra, em especial nos altos comandos militares. “A poeira ainda está assentando, depois dessa transição abrupta, e parece haver pontos de tensão entre alguns líderes civis e integrantes do comando da Guarda Revolucionária, que assumiram a liderança na condução da guerra e, como resultado disso, enraizaram sua influência”, disse, em entrevista ao **Correio**, Jason Campbell, especialista em assuntos de segurança e defesa no think tank norte-americano Instituto do Oriente Médio (MEI, em inglês). “Mas a nova liderança que vem se consolidando parece mais afinada que a anterior com a linha dura do regime.”

Alan Eyre, diplomata especializado em Irã que participou das negociações para o acordo nuclear fechado com Teerã em 2015, no governo de Barack Obama, é mais conclusivo. “A morte de Ali Khamenei e outros dirigentes do regime produziu a ascensão de uma liderança mais radical, antiocidental e combativa”, afirmou à reportagem. “É uma liderança mais militarizada, mais anti-EUA e menos avessa aos riscos”, observa. “Portanto, podemos esperar mais tensões com os EUA e Israel.”

Assim como o estudioso do MEI, Eyre está convencido de que “quem está governando de fato o Irã é o comando da Guarda Revolucionária, e isso deve continuar mesmo depois que acabar a guerra”. Jason Campbell concorda que a força militar de elite “sai desse processo com sua influência elevada, e informes sugerem que, nesta altura, os setores mais duros se opõem a negociações: preferem causar mais danos aos EUA e seus parceiros na região”.

Um sistema político original

Classificada habitualmente apenas como “uma teocracia”, a República Islâmica do Irã se constitui em um sistema político e de governo complexo, que desafia definições amparadas exclusivamente na experiência clássica da organização do Estado como conhecida no Ocidente. A par com a primazia da liderança religiosa, consagrada na Constituição aprovada em referendo com 90% de votos favoráveis — e uma taxa de comparecimento dos eleitores em patamar semelhante —, o regime islâmico combina de maneira absolutamente original elementos das repúblicas modernas com um componente essencial do islã desde seus primórdios: a fusão de uma ordem legal fundada no direito com princípios espirituais.

Atta Kenare/AFP



O retrato de Mojtaba Khamenei estampado em bandeira do Irã durante as homenagens fúnebres para seu pai e antecessor, Ali Khamenei



Quem está governando de fato o Irã é o comando da Guarda Revolucionária, e isso deve continuar mesmo depois que acabar a guerra”

Alan Eyre, diplomata norte-americano

Incógnita

A variável que desponta como chave para solucionar a equação que descreve o novo equilíbrio de poderes é o novo líder supremo, titular de uma posição política singular no sistema de poderes original que caracteriza a República Islâmica (**leia mais abaixo**). Embora colocado no centro das decisões, ele era praticamente desconhecido do público externo até ser escolhido para suceder o pai, segundo os procedimentos constitucionais. “Por ora, não é um líder forte. O comando real e cotidiano é uma empreitada coletiva de 10 a 15 indivíduos, entre militares e civis”, explica Alan Eyre. “Mojtaba ainda não fez uma aparição pública desde que foi escolhido”, concorda Campbell. “O que se informa sobre ele limita-se ao que o regime permite.”

Alex Vatanka, também do MEI e estudioso da política interna iraniana e suas relações com os EUA,

ressalta que Mojtaba foi, nos últimos 20 anos, “um dos personagens menos visíveis e mais poderosos” do regime: interagiu com a Guarda Revolucionária, com os serviços de inteligência e com o gabinete do líder, “mas manteve o próprio nome de fora de praticamente tudo”, o que Vatanka vê como um trunfo, mas igualmente uma armadilha, na nova etapa. “Enquanto o pai era vivo, ele exerceu influência sem exposição a cobrança”, diz. “Infelizmente, para ele, o posto de líder inverte isso: não é capaz de empalmar o carisma do aiatolá Khomeini, líder da revolução de 1979, nem a autoridade do pai, que se construiu através de uma vida inteira enfrentando crises.”

A ausência do sucessor entre as multidões que acompanharam os funerais do líder assassinado — em três cidades iranianas e duas no Iraque — é uma pista para os enigmas interiores que a nova cúpula da República Islâmica terá de decifrar. “Isso pode ter razões na cautela, na



O regime não deixará transparecer que se trata do filho sucedendo o pai, sucessão hereditária, em uma república fundada na rejeição da monarquia”

Alex Vatanka, especialista em Irã no Instituto do Oriente Médio (MEI)

mística do clero ou no jogo de cenar”, pondera Vatanka. “Mas, politicamente, expôs o problema que a cerimônia foi planejada para ocultar: que ele carece da legitimidade do pai”. O especialista lembra que “um cargo pode ser transferido em uma tarde; a autoridade, não”. Para ele, o cortejo de Khamenei foi “uma tentativa de transformar luto em legitimidade, mas o lugar vago, onde deveria estar o herdeiro, deixa a transição visivelmente inconclusa”.

Dilema nuclear

Muitas das atenções externas se voltam, agora, para o rumo que a nova liderança poderá imprimir ao dilema existencial sobre o programa nuclear, apontado pelos EUA, por Israel e por potências europeias como o ponto crítico nas relações com o Irã, embora o regime islâmico reitere a proibição — imposta por fatwa (decreto religioso) de Ali Khamenei — de o país obter a bomba atômica.

“A fatwa morreu como ele”, afirma Alan Eyre, embora não veja nisso um elemento de importância prática. “O que impediu o Irã de desenvolver armas nucleares não foi alguma proscrição de ordem religiosa, mas as realidades estratégicas, e a nova liderança pode, perfeitamente, decidir por construir a bomba de maneira a fortalecer a capacidade iraniana de dissuasão estratégica.”

Jason Campbell, do MEI, entende que, “com o poder de pressão de que o Irã dispõe agora, não parece que isso seja do interesse do regime, pois poderia resultar em maior coesão externa em uma resposta a tal ameaça”. O estudioso admite, porém, que a orientação pode mudar, em especial considerando a influência crescente da linha-dura no centro do poder e as disputas entre as correntes políticas internas.

O dilema nuclear é visto por Alex Vatanka na perspectiva das definições mais amplas que se colocam diante da República Islâmica na reta

» Ameaças cruzadas

Sob o impacto da nova série de ataques mútuos, o líder supremo do Irã, Mojtaba Khamenei, jurou vingar a morte do pai, Ali Khamenei, assassinado nos primeiros bombardeios dos Estados Unidos e de Israel. Em declaração lida pela TV, sua primeira desde os funerais do antecessor, ele fala em “vingar o sangue puro de todos os mártires das duas guerras” — referência à ofensiva americano-israelense de 2025. “Essa vingança é a vontade de nossa nação e deve ser cumprida, inevitavelmente”, promete o texto. Em resposta, o presidente dos EUA, Donald Trump, que se apresenta como “o número um” em uma lista de alvos que atribui ao regime de Teerã, renovou a determinação de “destruir completamente” a República Islâmica, caso tente assassiná-lo. “Temos mil mísseis prontos para lançamento, caso cumpram a ameaça de assassinar o presidente em exercício dos EUA — no caso, eu”, escreveu Trump em sua plataforma, a Truth Social.

final para o cinquentenário. “A questão, nesses funerais, não era sepultar Khamenei, mas ensaiar como o Estado pretende exercer seus poderes sem ele”, analisa. “Trata-se de uma mudança na fonte de legitimidade, pois a revolução de 1979 é patrimônio gasto. A maioria dos iranianos, hoje, nasceu depois dela, e muitos não têm lembrança alguma de Khomeini”, observa.

Khomeini governou pelo carisma e pela estatura religiosa — as instituições eram extensões de sua vontade. Khamenei não tinha uma coisa nem outra: passou 37 anos construindo substitutos para a autoridade que lhe faltava”, compara o estudioso do MEI. “Mas há algo que o regime jamais deixará transparecer: trata-se do filho sucedendo o pai, uma sucessão hereditária, em uma república fundada na rejeição da monarquia. Agora, o aparato que Khamenei construiu para encarnar essa rejeição está sendo invocado para apagar sua contradição mais gritante.”

Atta Kenare/AFP



O turbante de Ali Khamenei sobre o caixão: Irã islâmico reverencia o titular do seu “quarto poder” constitucional

eleitos por voto direto e universal para mandatos de oito anos.

São as atribuições do guia supremo que o colocam em posição superior. É da sua competência formular e determinar a política externa e de defesa e decidir sobre guerra e paz. Está em seu alcance destituir o presidente da República, chefe do Executivo. Cabe ao líder, também, nomear o Conselho dos Guardiões, composto por 12 religiosos com poder supervisor sobre decisões do Legislativo e, inclusive, a última palavra sobre os candidatos a postos eletivos. Sua intervenção tem sido vista como determinante para o predomínio conquistado, nas últimas duas décadas, pelos setores do regime e do clero ditos “conservadores” sobre os “reformistas” ou “progressistas”. (SQ)

de poder iraniana está exposto no princípio formulado no idioma persa como ‘velayat-e faqih’, que pode ser traduzido como

“primazia do jurisconsulto”. O faqih é um doutor da lei islâmica considerado como seu intérprete mais fiel e sintonizado com a

realidade presente. Não é escolhido por linha dinástica: é eleito (e pode ser destituído) pela Assembleia dos Sábios, um colégio de 86 clérigos